

## EDITORIAL

O presente número da Revista da Faculdade Mineira de Direito conta com 13 artigos científicos inéditos, um deles escrito em língua estrangeira, além de uma tradução de artigo de autoria do Professor Emilio Santoro (*Università degli Studi di Firenze*).

Todos os trabalhos ora publicados são de alta qualidade e foram submetidos a rigoroso processo de avaliação sob o sistema "*blind peer review*" e leva em consideração uma série de critérios como a aderência aos objetivos da Revista, a originalidade e relevância, a metodologia e a bibliografia atualizada e os resultados da pesquisa.

Para manter seu elevado padrão de qualidade acadêmica, é imprescindível a atuação de Pareceristas na Revista. Apenas para este número, cerca de 30 avaliadores e avaliadoras participaram do processo editorial, contribuindo com seu conhecimento e, obviamente, com seu tempo, para que os artigos ora publicados pudessem impactar a Comunidade Acadêmica da melhor maneira possível. Por isso, a Comissão Editorial registra seus agradecimentos a todas e todos que atuaram junto à Revista da Faculdade Mineira de Direito e, com tanto afinho e zelo, viabilizam a difusão da pesquisa científica.

Aproveita-se a oportunidade para encorajar Professoras e Professores de todo o Brasil e do exterior, doutores(as) e doutorandos(as), a fazerem parte do corpo de avaliadoras e avaliadores da RFMD. Às autoras e aos autores que submetem seus artigos para a Revista, fica o mesmo convite, com o registro de que o engajamento do corpo de pareceristas é fundamental para avaliar os trabalhos submetidos em prazos razoáveis.

Além da oportunidade de apoiar a atividade editorial deste periódico, quem se dispõe à avaliação de artigos auxilia o desenvolvimento pessoal e profissional de autoras e autores e, também, tem acesso, em primeira mão, a trabalhos inéditos desenvolvidos em suas áreas de atuação. A Revista disponibiliza às avaliadoras e aos avaliadores certificados de atuação.

Feito o convite, passa-se à apresentação dos artigos que compõe a presente edição. Os Professores Eduardo Biacchi Gomes, Antonio Carlos Effing e Gabriel Ribeiro Vargas da Fonseca, no artigo "Contratos eletrônicos de consumo internacional e a ausência legislativa em relação aos intermediadores", tratam do atual e relevante tema do *e-commerce*, cuja complexidade se vê incrementada pela prática de sites intermediários, que não acompanham o modelo padrão do mercado (comprador e vendedor). Em "O cenário socioambiental brasileiro e a necessária proteção dos direitos da sociobiodiversidade", a Professora Larissa Nunes Cavalheiro e o Professor Luiz Ernani Bonesso de Araujo estabelecem compreensões ao

encontro de um desenvolvimento em consonância com as diversidades existenciais, sustentável e comprometido com a justiça socioambiental.

Já no artigo “O Constitucionalismo contra a Soberania Popular: elementos para a crítica do paradigma liberal”, o Professor Thiago Lemos Possas constrói uma visão panorâmica sobre as três principais vertentes inaugurais do constitucionalismo, indicando seus principais elementos em comum, bem como suas peculiaridades, apontando as incongruências entre democracia, soberania popular e poder constituinte e o paradigma liberal do Estado de Direito.

No rico texto “Samuel Pufendorf, o Estado Natural e o Estado Social”, o Professor Gilson Xavier de Azevedo revisita o clássico autor jusnaturalista para compreender o momento presente sob o ponto de vista da segurança pública. Por sua vez, os Professores Fernando José Armando Ribeiro e Marcelo Azevedo Maffra apresentam, no artigo “Antinomias Federativas Ambientais”, um estudo sistemático acerca dos limites da competência legislativa ambiental, em busca de soluções hermenêuticas para as antinomias entre normas editadas por diferentes entes. Na pesquisa “Dependência econômica e plataformas digitais do trabalho”, o Professor Murilo Sampaio Carvalho Oliveira expôs importante contribuição sobre as plataformas digitais e as múltiplas concepções dessa ferramenta na produção de algoritmos e dados nas relações trabalhistas. Por isso, foram analisadas determinadas decisões judiciais sobre a regulamentação do trabalho em plataformas digitais, com destaque pra dados ancorados sobre a empresa Uber.

Em trabalho escrito na língua inglesa e intitulado “Essentialism as the philosophical foundation of American Convention of Human Rights”, a Professores Leilane Serratine Grubba e o Professor Valter Moura do Carmo analisam a consistência da fundamentação teórico-filosófica do Pacto de San José da Costa Rica. A Professora Victória Faria Barbiero, em coautoria com os Professores Paulo Roberto Ramos Alves e Liton Lanes Pilau Sobrinho analisaram, no texto “Ciência jurídica e mito: o amor como base epistemológica das ciências”, como o amor, nas perspectivas biológica e jurídica, sendo resposta efetiva como parâmetro para uma construção social mais justa.

De autoria dos Professores Matheus Pereira Pereira Libório, José Márcio de Castro, Petr Ekel e da Professora Patrícia Bernardes, o artigo “Eficiência e justiça nas contratações públicas: por que não análise econômica do direito?” emprega análise de conteúdo e técnicas de classificação para examinar a literatura nacional e internacional sobre contratações públicas que abordam a Análise Econômica do Direito (AED) nas decisões das organizações, com o objetivo de compreender como as organizações têm considerado a promoção do bem-estar social ao buscarem a eficiência no processo de contratações públicas. Na substancial pesquisa qualitativa nomeada “Justiça ambiental e a Constituição Federal do Brasil: aspectos teóricos e

práticos”, as Professoras Maryângela Lopes e Eliane Nogueira, além do Professor Carlos Alberto Santos demonstraram que os conceitos, princípios e valores que recaem sobre o meio ambiente físico, cultural e do trabalho esculpido na Constituição Federal de 1988 estão alinhados com a aplicação da justiça ambiental, mas dependem, para sua efetivação, da organização e participação política e social das populações mais injustiçadas e invisíveis ao capital nos processos decisórios.

Em “O direito fundamental à liberdade de ensinar como garantia do direito à educação”, a Professora Esther Faria Rodrigues e o Professor Helvécio Damis de Oliveira Cunha investigam a relação existente entre o direito à liberdade de ensinar e o direito à educação, esclarecendo de que maneira tal relação fundamenta a garantia da liberdade de ensinar enquanto um direito fundamental. O Professor Dalton Cusciano, no trabalho “A comunicação de acidente de trabalho nos processos julgados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo nos anos de 2017 e 2018”, analisa mais de 3.000 acórdãos, a fim de identificar o índice de subnotificação existente nas ações acidentárias de aposentadoria por invalidez e auxílio-doença. Na pesquisa teórico-dedutiva “Preterição do direito à vida do idoso na pandemia do Covid-19 à luz do princípio da igual consideração de interesses”, as Professoras Marcia Bittencourt Barbosa Matias e Mônica Neves Aguiar da Silva adotam, como marco teórico, a teoria do princípio da consideração de interesses de Peter Singer para analisar a seguinte macro situação fática: possibilidade de salvar a vida de um jovem em relação a um idoso de 80 anos, ambos infectados por Covid-19, ao garantir, preferencialmente, ao mais jovem, o uso do respirador.

Por fim, as leitoras e os leitores terão acesso, pela primeira vez em língua portuguesa, o ensaio “Pessoa, ordem, direitos e liberdades: a inadequação das teorias normativas para o debate sobre os direitos das pessoas com deficiência”, de autoria do Professor italiano Emilio Santoro, no qual aborda o debate sobre os direitos das pessoas com deficiência, considerando como pilar da ordem liberal a antropologia baseada em uma ordem hierárquica de desejos.

Com os votos de boas leituras, saudamos leitoras e leitores da Revista, com a sincera expectativa de que os artigos ora publicados possam inspirar novas produções científicas.

**Professora Doutora Flaviane de Magalhães Barros Bolzan de Moraes**

Comissão Editorial da Revista da Faculdade Mineira de Direito

**Professor Mestre Igor Alves Noberto Soares**

**Professora Mestra Jamilla Monteiro Sarkis**

Editores de Seção da Revista da Faculdade Mineira de Direito